



Anais da Assembléia

Nº 07

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 08 DE MARÇO DE 1979.

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 8 DE MARÇO DE 1979.

QUINTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Tadeu Lúcio Machado.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Federmann, David Cherígate, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Valduga, Waldyr Pugliese, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Ex.^a, que após manifestação do Plenário, e nos termos do artigo 105 e seguintes, do Regimento Interno, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n.º 111/78, que denomina "João Chede" a Rodovia PR-151—trecho Palmeira — Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 8 de março de 1979.

(a) Lineu Turra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve e apresenta este requerimento, preenchidas as formalidades regimentais, REQUER seja renovado o apelo ao Senhor Secretário das Finanças, no sentido de ser cancelada a isenção do ICM sobre o milho paranaense, vendido aos Estados limítrofes, notadamente, São Paulo e Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 8 de março de 1979.

(a) Renato Bernardi.

JUSTIFICATIVA:

O Paraná, é um Estado agrícola e vive, fundamentalmente, da arrecadação de I.C.M. de sua produção agrícola.

2). O Paraná teve uma boa produção de milho, salvando

oitenta por cento do previsto inicialmente, com produção prevista para quatro milhões e meio de toneladas, enquanto no Brasil a quebra foi maior por:

a). falta de plantio em áreas tradicionais;

b). adversidades climáticas, por excesso e por falta de chuvas.

3). Os estados do Centro-Sul (SP, RJ, RS, SC e MG) se abastecem no mercado paranaense, devido ao fato de:

a). a produção nossa ser muito boa.

b). o Paraná isenta o milho de ICM.

4). O Paraná precisa, urgentemente, cancelar a isenção do ICM sobre o milho aqui produzido e cancelar as cotas já liberadas.

5). O Governo do Paraná deve proceder um levantamento dos estoques existentes para se saber se haverá segurança em termos de matéria-prima para abastecimento para:

a). setor de avicultura

b). setor de suinocultura

c). setor moageiro para alimentação humana.

6). Corremos o risco de ficar sem milho e sem animais ainda no início do 2.º semestre deste ano, pois dois milhões de toneladas são usadas para animais e um milhão para alimentação humana.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente vem, respeitosamente nos termos do Regimento Interno, REQUERER a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de louvor pelo excelente desempenho do Doutor Carlos Arthur Xavier Bettes, titular da Delegacia de Ordem Social.

À frente daquela especializada, no curto espaço de tempo que a ocupa, o Doutor Carlos Arthur Xavier Bettes tem demonstrado representar o que de melhor possui no seu quadro de pessoal, a Secretaria de Segurança Pública do nosso Estado.

Numa época como a atual onde tem sido difícilíssimo reprimir e combater o elevado índice de criminalidade, é de se louvar o trabalho daqueles que se dedicam de corpo e alma em favor do bem estar e da segurança da coletividade.

Anexo ao presente requerimento, inúmeras notícias inseridas em diferentes jornais da nossa Capital, historiando algumas das ações desenvolvidas pelo atual Delegado de Ordem Polítca e em todos eles se destacando o valor do homem e a dedicação do funcionário.

Que da decisão do Plenário, dê-se ciência ao Excelentíssimo Senhor Governador, Secretário de Segurança Pública e Diretor da Polícia Civil.

Sala das Sessões, em 8 de março de 1979.

(a) Ivo Thomazoni.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Senhor Governador do Estado, solicitando providências junto à Secretaria da Educação e da Cultura, objetivando solução para o problema de registro de diplomas expedidos por estabelecimentos de ensino supletivo profissionalizante do 2.º grau.

Sala das Sessões, em 8 de março de 1979.

(a) José Domingos Scarpelini.

JUSTIFICATIVA:

Centenas de alunos formados em estabelecimentos de ensino supletivo no Paraná, encontram-se em danosa situação, diante da negativa expressa por parte da Secretaria da Educação e da Cultura, em processar o necessário registro de seus diplomas. Completaram eles, o curso do 2.º grau supletivo profissionalizante, com duração de 1.440 horas/aula, de acordo com normas emanadas do douto Conselho Estadual de Educação e da própria SEC. Todavia, esse órgão, que se caracteriza pela inoperosidade e desatenção, nega-se a registrar os documentos comprobatórios da realização do curso, alegando que o Ministério da Educação e Cultura exige 2.200 horas/aula, limitando-se a devolver os diplomas aos respectivos colégios que os expediram, provocando uma série de transtornos aos seus portadores, muitos dentre os quais, até já concluíram cursos superiores.

Providências urgentes se fazem necessárias para impedir, de vez por todas, esses inexplicáveis tolhimentos e impedimentos, de direitos adquiridos líquidos e certos, tal como se configura o presente problema.

Faça-se cumprir a lei. E se ponha ordem na casa!

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Senhor Prefeito do Município de Curitiba, solicitando ao mesmo, que determine ao Departamento de Transportes Coletivos, as necessárias providências para atendimento dos moradores da Vila Cachoeirinha, da planta do quadro urbano de Curitiba.

Sala das Sessões, em 8 de março de 1979.

(a) Nilso Sguarezi.

JUSTIFICATIVA:

Aproximadamente cem famílias residentes na Vila Cachoeirinha, deparam com os naturais transtornos e dificuldades causados pela deficiência no setor de transportes coletivos, naquela região.

Ocorre que a Empresa Água Verde, concessionária da linha que atende o percurso, deverá atingir a citada vila, mas, no entanto, tem seu ponto final estabelecido a quase dois mil metros aquém, razão pela qual, encarece-se providências para prolongamento do roteiro, objetivando o atendimento dos usuários da Vila Cachoeirinha.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a V. Ex.^a, que após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, no sentido de que não seja alterada a execução do projeto da estrada Palmeira — Ponta Grossa, ou seja, PR-151, quato ao acesso da BR-277, à cidade de Palmeira, mantendo-o pela Avenida Mato Grosso, conforme é do projeto original.

O presente apelo, decorre do fato de estar sendo anunciado, de que o acesso à cidade, que segundo o projeto da estrada PR-151, deverá ser pela antiga e tradicional Avenida Mato Grosso, por motivos escusos e injustificáveis, será desviado, com a construção de uma via de acesso em outro local, para atender a interesses de determinado grupo econômico da cidade.

Acontece que além de ser inadequado o novo local, segundo informações de muitos habitantes da cidade, principalmente da situação do possível novo acesso, desserve à coletividade, pois retira os benefícios à grande área em desenvolvimento e principal núcleo da população que é o Bairro da Vila Rosa, devendo-se considerar ainda que a rua já se encontra quase em condições de receber a pavimentação asfáltica.

Sala das Sessões, em 8 de março de 1979.

(a) Lineu Turra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido de serem tomadas as necessárias providências para criação e instalação de cursos de nível superior, atendendo a todas as áreas de educação, assistências social, indústria e agricultura, no Município de Laranjeiras do Sul.

O interesse pela criação de cursos superiores em Laranjeiras do Sul, é traduzido pelos mais legítimos anseios da sua população, essencialmente pela classe estudantil que hoje, se desejam dar prosseguimento aos seus conhecimentos, a nível superior, terão os estudantes que se locomover para cidades distantes, com grande sacrifício para aqueles que dispõem de algum recurso e os que não os têm, terão que sepultar a sua vocação de atingir a uma formação profissional.

Além do próprio Município de Laranjeiras do Sul, que hoje conta com uma população superior a setenta mil habitantes, também serão beneficiados outros municípios da região pela proximidade, em relação a outras cidades.

Sala das Sessões, em 8 de março de 1979.

(a) Lineu Turra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública, no sentido de ser designado um Delegado de Polícia de carreira, para o Município de Corbélia, bem como um contingente policial para que possa ser atendido com maior eficiência os serviços de polícia reclamados, como de direito, pela população, a nível de qualidade, principalmente.

Tem a justificar, o presente pedido, o fato de se tratar de um município que hoje está elevado à comarca e também a sua extensão demográfica, pois conta Corbélia hoje, com mais de setenta mil habitantes, sendo que os serviços de polícia, por falta de Delegado com conhecimentos indispensáveis ao desempenho do cargo, deixam muito a desejar, e, vem, por essa razão, sendo motivo de justas reclamações do povo do município.

Solicita-se, ainda, que seja destinado à Delegacia daquele município, uma viatura, dentro da urgência possível, tendo em vista a extensão do município e as inúmeras ocorrências policiais.

Sala das Sessões, em 8 de março de 1979.

(a) Lineu Turra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que aquela autoridade gestione junto à Fundação Hospitalar do Paraná, para solucionar o problema que aflige os internos daquela casa.

Apesar de possuir um veículo para locomoção dos deficientes físicos internos no estabelecimento, a Casa do Paraplégico não possui motorista para o mesmo, que, agora também está parado por avarias mecânicas. Os internos, que estudam em estabelecimentos do Estado, estão impossibilitados de comparecer às aulas, devido ao fato, já que se torna impossível a locomoção em cadeiras de rodas em distâncias às vezes superiores a um quilômetro.

A atuação do Senhor Secretário da Saúde, solucionaria

de pronto este problema que traria benefícios a estas pessoas, que, por iniciativa própria, não poderão solucioná-lo.

Sala das Sessões, em 8 de março de 1979.

(a) Nestor Baptista.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente desta Casa, ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Nacional de Petróleo, para que exclua as Cooperativas Agropecuárias, das exigências da Portaria n.º 62, de 13.02.79 e n.º 69, de 16.02.79, que tratam das cotas de "Fuel oil" e "diesel", porque se persistir aquelas exigências, sérios prejuízos ocorrerão aos lavradores, porque em algumas Cooperativas do Paraná, as perspectivas são sombrias, como é o caso da COAMO de Campo Mourão, que é a 1ª Cooperativa do Paraná e a 2ª do Brasil, que terá que paralisar suas atividades em plena safra de soja, porque lhe faltará combustível para secagem e beneficiamento da oleaginosa, o que irá acarretar sérios prejuízos já a tantos outros acumulados, aos sofridos lavradores da região do Vale do Piquiri-Ivaí.

Sala das Sessões, em 8 de março de 1979.

(a) Darcy Deitos.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 9/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica incluída no currículo de ensino do 1.º Grau, do 1.º ao 4.º ano, das Escolas Públicas e Particulares, a disciplina "Ecologia e Meio Ambiente".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de março de 1979.

(a) Trajano Bastos.

Apoiamento:

Deni Schwartz, Domício Scaramella, Nilso Sguarezi, Carlos Zanlorenzi, Fiori Luiz, Mário Celso, Romero Filho, Waldyr Pugliesi, Gernote Kirinus e José Tavares.

JUSTIFICATIVA:

Problema dos mais sérios dos que afetam a sociedade brasileira, a poluição do meio ambiente, com as desastrosas conseqüências do desequilíbrio ecológico, deve merecer de todos nós, a mais acurada atenção.

Por isso, a conscientização desse problema, precisa ser dada à criança, já nos primeiros anos de sua vida escolar.

Aliás, a Lei n.º 5.692/71, Diretrizes e Bases para o ensino de 1.º e 2.º Graus, recomenda essa preocupação, como se infere de sua exposição de motivos:

"No início da escolarização, as Ciências só podem ser tratadas em termos de atividade, isto é, com vivência de situações e exercícios de manipulação para explorar a curiosidade, que é a pedra de toque do método científico. Sempre que oportuno, essas experiências já podem ser objeto de uma sistematização (incipiente), partida mais do aluno do que do professor, embora sob a direção estimulante deste último. À medida que se esboçam certos setores ainda não claramente individualizados e tais sistematizações se tornam freqüentes, pelo amadurecimento natural do educando (Ciências Exatas e Biológicas) e, nessa progressão se chegará à predominância do sistemático sobre o ocasional".

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes.

1.º SECRETÁRIO — Domício Scaramella

2.º SECRETÁRIO — José Tadeu Lúcio Machado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda

a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna nesta tarde, para justificar um requerimento que apresentamos e, em seguida, Sr. Presidente, pedir urgentes providências para uma situação difícil observada hoje, na cidade de Maringá.

O requerimento, Sr. Presidente, visa renovar uma solicitação que fizemos desta mesma tribuna, no ano passado, solicitando do Sr. Secretário das Finanças do Estado do Paraná, o cancelamento da isenção do ICM sobre a comercialização do milho. E justificamos com vários itens, porque o Estado do Paraná é um Estado eminentemente agrícola, cuja arrecadação principal provém exatamente da sua produção do setor primário. Ocorre que, enquanto o Paraná teve oitenta por cento da sua safra de milho salva, outros Estados ou não plantaram, ou não tiveram a sua produção garantida por questão de excesso de falta de chuvas.

No momento em que o Paraná, tendo produzido quatro milhões e quinhentas mil toneladas de milho, está abastecendo o Parque moageiro e de rações de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, ele corre o sério risco de ainda no segundo semestre deste ano, de ter novamente que importar milho, porque ele necessita de dois milhões de toneladas para a alimentação animal, e de um milhão de toneladas para o seu parque moageiro, no setor de alimentação humana, sobrando portanto, apenas um milhão e meio de toneladas possíveis para a comercialização.

E não é justo, que o povo do Paraná venha a subsidiar as necessidades de São Paulo, do Rio de Janeiro e de outros Estados.

Mas, Sr. Presidente, o segundo assunto que nos traz a esta tribuna, é um assunto que determina um estado de calamidade pública na região de Maringá. O Conselho Nacional de Petróleo, dentro da absurda política posta em prática, dentro da imprevisão do Sr. Shigeaki Ueki, determinando a redução forçada de dez por cento do consumo de óleo diesel e do óleo combustível, está colocando o pequeno parque industrial de Maringá num colapso total. Porque o Conselho Nacional de Petróleo, Sr. Presidente, toma como média do total de óleo combustível consumido, a média dos meses novembro, dezembro e janeiro, meses em que se consome muita gasolina e as indústrias funcionam a meio pano. Portanto, nesta quota, indústria SANBRA, a NORPA, a Conti-Óleos, indústria de óleos que absorveu investimentos da ordem de um milhão e duzentos mil dólares, apenas o ano passado; como a COCA-MAR, estão recebendo uma redução real, Sr. Presidente, de sessenta e cinco por cento do óleo combustível, necessário para o seu abastecimento. Dentro desta imprevisibilidade, as empresas de transportes coletivos de Maringá, e as empresas de transportes, não terão óleo Diesel, a partir do dia 22 ou 25 deste mês.

Previsões estas, feitas sobre um período de novembro, dezembro e janeiro, e que, portanto, não condizem com a realidade.

Sr. Presidente, é necessário que o Governo, ao se preocupar com a economia do combustível, não se esqueça que o desaquecimento exagerado, absurdo, da economia brasileira, poderá levar este País à crise total.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de eu entrar no assunto Ecologia e fazer uma denúncia quanto a não publicação dos Anais do Simpósio de

Ecologia realizado em Curitiba, onde a importância investida foi realmente, violenta.

E a alma do Simpósio que são os Anais, não existem, pelo menos até o momento, segundo pude constatar. Mas antes, eu gostaria de dizer, que hoje, dia oito de março, o mundo todo reserva a data para prestar a justa e significativa homenagem à mulher. (Lê):

"Hoje, é o Dia Internacional da Mulher!

Tudo em nossa civilização se transforma, evolui, porém sempre o valor da mulher permanece inalterável e tão imprescindível como antigamente. É muito comum ouvir-se a frase "por trás de todo homem bem sucedido, existe sempre uma mulher", seja ela mãe, esposa, noiva, namorada, irmã ou amiga.

Em quantas decisões importantes a opinião da mulher ampara o homem e o leva a ter condições de assumir o papel de "homem" no mundo de hoje. Se cada mulher se conscientizar da sua importância e responsabilidade, na construção do lar, na educação dos filhos e na participação ativa junto à sociedade, poderemos dizer, sem medo, que tantos e tantos problemas sociais serão resolvidos com mais equilíbrio e rapidez.

Não me ocorre no momento, o nome do autor da frase, mas ela define muito e bem, o padrão da mulher: "se as mães governassem o mundo, pensando nos filhos, certamente não haveria a guerra".

A mulher é uma força magnífica, que muitas vezes ela mesma ignora. É necessário que a mulher deixe transbordar todo o seu potencial de amor, doação, disponibilidade, compreensão e tolerância, para que possamos mostrar ao mundo a mulher-essência, conteúdo, grandeza e não a mulher-objeto que a sociedade de consumo se acostumou a padronizar, tabular e vender.

A missão da mulher não é comercial. É uma missão social, humana e cristã.

Para que o mundo não continue a "vender" sua imagem, é preciso que seja reintegrada de dentro para fora de si, toda a riqueza a que foi destinada pelo Criador. Foi a mulher a escolhida para ser mãe, amiga, ouvinte, conselheira, apoio e co-ração de um lar. Se o homem age, quase sempre e primordialmente pela razão, é necessário que a sua companheira saiba ser o seu coração. Nos momentos de dúvidas e incertezas, é na mulher que o homem busca o seu descanso, seu amor e a sua paz. É importante porém que a mulher saiba entender a mensagem de Cristo, que foi claro ao dizer: "sede submissa, mas sem ser omissa". O mundo de hoje, vive problemas dos mais sérios, onde nossos jovens buscam aventuras frustrantes e destruidoras. Tudo porque, muitas vezes, faltou um lar, onde a mulher tivesse assumido o seu papel de alicerce e educadora, disposta a ouvir e a orientar.

A participação da mulher na sociedade é importantíssima, pois ela dá vida ao mundo e deve ser respeitada e compreendida nesta grande missão. Parabéns mulher, força e grandeza deste nosso mundo..."

Dito isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria, neste Grande Expediente, de abordar o assunto, novamente, com respeito a Ecologia, que é o assunto primordial de nossos tempos, é assunto não estadual apenas, não nacional, mas internacional, preocupa o homem de hoje.

Muitas frases são levadas pelo vento e somem no tempo. Mas outras ficam gravadas e marcadas em nossa memória. De um anônimo eu gravei o seguinte: "Toda a meia tem um pé, toda a luva, a sua mão, todo o crente a sua fé e todo o mal tem solução". E é uma realidade, todo o mal tem solução, basta que se levante o problema e passe a dominá-lo amplamente, numa grande ação para resolvê-lo.

O Paraná vive hoje, momentos de tristeza, com o desmatamento de florestas e mais florestas, problemas de erosão, poluição de todas as formas e maneiras. Sabemos ser este um

problema mundial que preocupa o homem da atualidade e faz com que todos se levantem em busca de solução. A ecologia está na ordem do dia, porém, já há muitos anos, competentes técnicos vêm alertando para o fato.

Lembramos, neste momento, de saudar o nosso mestre, Professor Bigarella, que tanto tem pesquisado e alertado para o assunto que hoje domina as mais diversas Nações. Nos próximos dias estaremos, certamente, criando a CPI da Ecologia, numa oportuna iniciativa do Deputado Lázaro Dumont. Acreditamos no sucesso das pesquisas que serão levantadas e também na conclusão benéfica dos trabalhos. Fazemos desde já um apelo para que todos, independente de participar ou não da Comissão, se envolvam nesta corrente, que visa buscar uma vida melhor, para o nosso Paraná.

Extraí do livro "Ecologia e Municipalismo", do Professor e Vereador João Batista Alberto Gnoato, o seguinte pronunciamento feito pelo ex-Reitor Theodócio Atherino, da UFP: "Precisamos salvar a terra, restituir à natureza a sua generosidade, recompor os ruídos da primavera, que tanto bem fazem ao nosso espírito, restaurar a tranquilidade à espécie humana, recompor nossas relações com o ambiente que nos cerca. Precisamos, em suma, existir em termos de futuro, pois a imprevisibilidade do presente, poderá ser mortal ao próximo homem. Que será do mundo daqui há alguns anos? Que será de nosso País? Que será de nosso Estado, de nossa cidade? É para a correção da natureza, tanto sacrificada pelo homem, que lutam os moços, pois não querem habitar numa terra morta, viver uma primavera silenciosa, ver seus filhos submetidos à condição infra-humana de vida".

Entendo que foi uma declaração valiosa e alertadora. Foi dita num Simpósio de Ecologia e Poluição, realizado pelo Diretório Acadêmico de Biologia e Ciências no Auditório da Ritoria, em 1974.

Acontece, que no ano passado, Curitiba viveu dias de euforia e alegria, pois recebeu a visita dos maiores nomes e técnicos em Ecologia. Foi o Primeiro Simpósio Nacional de Ecologia, uma promoção do Instituto de Terras e Cartografia, órgão vinculado à Secretaria da Agricultura.

O Paraná gastou uma verdadeira fortuna para montar aqui em Curitiba, uma grande festa internacional, despertando o maior interesse pela preservação da natureza, porque o Congresso realmente levantou temas da maior importância para nós brasileiros.

Entretanto, - como sempre diz o jornalista Aderbal Fortes - sempre tem um entretanto, um fato lamentável ocorreu, e nós registramos nesta Casa de Leis, para que seja reparado urgentemente, para não ser imitado no futuro, de um congresso como este, o que fica são os Anais, que são a memória do congresso. E onde estão os Anais do Congresso de Ecologia? Até hoje não foram impressos.

Verifiquei no dia de ontem, visitando o Instituto, e solicitando aos elementos do Instituto de Terras e Cartografia esses Anais, e não me foram fornecidos, porque não sabem onde se encontram.

Quando fui buscá-los para pesquisas, recebi essa informação lamentável. Quer dizer, na hora de badalar, fazer promoções que não são das baratas, o dinheiro do povo é gasto sem maiores preocupações. Mas, na hora de deixar o que importa, o que permanece, ninguém se mexe, ninguém toma providências.

Não existe justificativa para tal atitude, pois o Simpósio foi realizado há mais de cinco meses e ninguém sabe onde estão os Anais e quando ficará pronto o importante impresso. Deixo este registro com o meu profundo pesar, porque contava com esses Anais para trazer melhores subsídios aos companheiros da Casa, para que a Comissão ou a CPI da Ecologia pudesse naturalmente trilhar um caminho com muitos subsídios.

Concedo um aparte, com muito prazer, ao ilustre Deputado, companheiro Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — Deputado Mário Celso, não só os Anais do Congresso de Ecologia deixaram de ser publicados. O momento mais alto do Congresso, foi, indiscutivelmente, a criação do Parque Marumbi, aspiração de toda a população paranaense e que, indiscutivelmente, permitirá a manutenção de uma civilização nesta área, porque os estudos estão aí e são do conhecimento de todos: o problema do abastecimento de água em nossa Capital, depende fundamentalmente desse Parque, dessa reserva, que tem sido pleiteada por ecologistas, por políticos, por técnicos, há muito tempo.

E ontem, por uma coincidência, com o seu pronunciamento de hoje, nós vimos pela televisão, a afirmação de um dos técnicos do Instituto de Terras e Cartografia do Paraná, quando indagado sobre o Parque Marumbi, que o Parque não passa de um decreto, decreto esse, que é meramente um pedaço de papel e que ainda os estudos estão sendo feitos.

Então, o grande momento do congresso, que foi a criação do Parque Marumbi, não deixou de ser um mero pedaço de papel. Infelizmente, enquanto isso, grupos interessados, estão liquidando com a Serra do Mar, e liquidando com isso, não só o Porto de Paranaguá, mas, principalmente, liquidando com as esperanças de que aqui, neste Planalto paranaense, se possa manter uma civilização à altura do que nós esperamos.

Porisso, é oportuno o vosso pronunciamento, e eu repito, infelizmente não só os Anais não foram publicados. Infelizmente, as palavras de José Lutzemberger naquela oportunidade não estão impressas, mas, infelizmente e principalmente, também o grande momento não passou de uma mera assinatura em um pedaço de papel.

O SR. MÁRIO CELSO — Muito obrigado pelo aparte de Vossa

Excelência, que muito veio reforçar o nosso pronunciamento e trazer mais um aspecto desse Simpósio que, lamentavelmente, apesar de contar com figuras exponenciais, com técnicos espetaculares, e que envolveu assuntos realmente empolgantes, não solucionar, pelo menos, minorar problemas da Ecologia.

Gostaria também, ainda com respeito ao assunto Ecologia de, mais uma vez, reforçar aqui, a minha homenagem à Igreja Católica que lança a Campanha da Fraternidade 1979, Conselho Nacional dos Bispos do Brasil, editando um livro: "Preserve o que é de todos", sob todos os aspectos sensacional, muito bom o livro e que merece ter um prestígio dos homens públicos, porque não só um livro ilustrativo, mas um livro de pesquisa está em minhas mãos.

"Preserve o que é de todos", uma excelente edição dos Bispos do Brasil, através da Campanha da Fraternidade.

Nesse livro encontramos vários aspectos interessantes, um deles com respeito à poluição da miséria. E, na realidade, o problema miséria, hoje, toma conta do mundo. E, no Paraná, mui especialmente, com os vários problemas que sentimos, não só no Interior, como na Capital, a miséria é uma realidade do dia a dia.

E a poluição da miséria, neste livro, está muito bem abordada.

Outro detalhe que entendo como interessante e que deve ser levado ao conhecimento dos Companheiros, é uma matéria de autoria de Jorg Zink, intitulada: "Inversão do Relato da Criação".

Por achar interessante, tomo a iniciativa de divulgar aos Senhores, parte, ou trecho desta tradução "AntiCriação":

"No princípio Deus criou o céu e a terra.
Depois de muitos milhões de anos, o homem criou coragem e resolveu assumir o comando do mundo e do futuro.
Então começaram os sete últimos dias da história.
Na manhã do primeiro dia,
o homem resolveu ser livre e belo, bom e feliz.
Resolveu não ser mais a imagem de Deus
mas ser simplesmente homem.

E como devia acreditar em alguma coisa,
acreditou em liberdade e felicidade
em bolsa de valores e em progresso,
em planejamento e desenvolvimento
e especialmente em segurança.

Sim, a segurança era a base.

Disparou satélites perscrutadores
e preparou foguetes carregados de bombas atômicas.
E foi a tarde e a manhã do primeiro dia.

No segundo dia dos últimos tempos,
morreram os peixes dos rios
poluídos pelos dejetos industriais;
morreram os peixes do mar
pelo vazamento dos grandes petroleiros
e pelo depósito do fundo dos oceanos:
os depósitos eram radiativos,
morreram os pássaros do céu
impregnados de gases venenosos
- inversão térmica -

morreram os animais que atravessaram incautos
as grandes auto-estradas,
envenenadas pelas descargas plúmbias
do trânsito infernal.

Mas, morreram também os cachorrinhos de estimação
pelo excesso de tinta que avermelhavam as linguças.
E foi a tarde e a manhã do segundo dia.

No terceiro dia,
secaram o capim nos cerrados,
a folhagem nas árvores,
o musgo nos rochedos
e as flores nos jardins.

Porque o homem resolveu controlar as estações
segundo um plano bem exato.

Só que houve um pequeno erro
no computador da chuva,
e até que descobrissem o defeito,
secaram-se os mananciais
e os barcos que singravam os rios festivos
encalharam nos leitos ressequidos.

E foi a tarde e a manhã do terceiro dia.

No quarto dia,
morreram quatro dos cinco bilhões de homens:
uns contaminados por vírus
cultivados em provetas eruditas,
outros por esquecimento imperdoável
de fechar os depósitos bacteriológicos,
preparados para a guerra seguinte;
outros ainda morreram de fome
porque alguém não se lembrava mais
onde escondera as chaves dos depósitos de cereais.

E amaldiçoaram a Deus: se Ele era bom
por que permitia tantos males?

E foi a tarde e a manhã do quarto dia.

No quinto dia,
os últimos homens resolveram
acionar o botão vermelho,
porque se sentiam ameaçados.

O fogo envolveu o planeta
as montanhas fumegaram,
os mares evaporaram.

Na cidade, os esqueletos de concreto armado
ficaram negros, lançando fumaças das órbitas abertas.
E os anjos do céu assistiram espantados
como o planeta azul tomou a cor do fogo,
depois cobriu-se de um marrom sujo
e finalmente ficou cor de cinza.
Eles interromperam os seus cantos
durante dez minutos.

E foi a tarde e a manhã do quinto dia.
No sexto dia,
apagou-se a luz:
poeira e cinza encobriram o
sol, a luz e as estrelas.
E a última barata que tinha escapado
num abrigo antiatômico
morreu pelo excesso de calor.
E foi a tarde e a manhã do sexto dia.
No sétimo dia,
havia sossego, até que enfim!
A terra estava informe e vazia
as trevas cobriam o abismo
e o espírito do homem, o fantasma do homem,
pairava sobre o caos.
Mas no fundo do inferno
comentava-se a estória fascinante
do homem que assumira os comandos do mundo,
e gargalhadas estrondosas
ecoaram até os coros dos anjos."

Meus Senhores, nada impede que o Homem vá até o fim, até o fim das suas possibilidades, mas resta ainda uma esperança: que, o mundo, e com ele o Homem e o seu futuro, estejam nas mãos de um outro. Porisso é necessário a união, e porisso nós pedimos que todos se integrem, se abracem nesta corrente que é a marcha em favor da preservação da Natureza, porque nós estamos, Senhores Deputados, companheiros da Assembléia, condenados a morrer por envenenamento, se não tomarmos já, na base, o problema da poluição, como prioridade!

Era o que eu tinha a falar neste Grande Expediente de hoje, deixando para o Pequeno Expediente de amanhã, uma homenagem póstuma, a qual, me sinto na obrigação até de fazê-la, obrigação humana, a um grande paranista, a um grande amigo, a um grande ser humano que desapareceu, que desencarnou mas, tenho certeza, continua iluminando o Paraná, de onde quer que esteja!

Falo de Ali Bark, este grande paranista que nos deixou e que amanhã, se Deus quiser, estarei aqui a lhe prestar uma homenagem póstuma.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus. (Solicita transferência).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro. (Solicita transferência).

Inscrito para o Grande Expediente, Deputado Airton Cordeiro. A Mesa consulta o nobre Deputado Airton Cordeiro, se deseja fazer uso da palavra, por dez minutos.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Peço transferência para a próxima sessão, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Peço transferência para a próxima sessão, Senhor Presidente, porque eu não posso falar em dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Consulto o Movimento Democrático Brasileiro, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra, ao Senhor Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Do extremo-oeste do Paraná, viemos a esta Assembléia Legislativa, sob condução de quase dezesseis mil eleitores.

Aqui, quando nos apresentamos pela vez primeira, emocionados pela estréia e com nossas limitações naturais, desejamos deixar consignado - com firmeza e seriedade - nosso elevado compromisso com a Oposição, porque esta tem compromisso com a Liberdade e com a Democracia,

dentro da objetivação abrangente e necessariamente complementar da efetiva Justiça Social.

Viemos, trazendo o murmúrio angustiado, daqueles irmãos que - com consciência crítica ou não -, não suportando mais as dificuldades de nossos dias, as incompetências valorizadas e os desacertos sociais assistidos, estão tateando entre o pessimismo e a esperança, em busca de um porto seguro para ancorar com firmeza a perspectiva do amanhã.

Sabemos das limitações deste Poder, pois o Legislativo, na atualidade, se tornou um corpo ferido de uma democracia atrofiada e violentada pelos prepotentes de uma Revolução que ficou só no processo revolucionário, na exceção e opressão, jamais revolucionando o País, nunca revolucionando o povo e deixando de promover as mudanças estruturais que uma verdadeira Revolução tem compromisso de erigir. No entanto, desejamos nos somar à resistência. Queremos lutar. A luta dos que sabem por que se luta. Cujas causas mobiliza todos os espíritos humanistas e desassossega as consciências até dos omissos e subservientes.

Não nos preocupa a promoção patrocinada ou os elogios dos bajuladores de toda hora.

Todos sabem, e inexistem dúvidas, de que a consciência é o melhor JUIZ e a história fará a verdadeira avaliação dos prepotentes e fará justiça às vítimas da prepotência.

Aliás, os justos e heróis de todos os tempos e de todas as civilizações sempre praticaram o exemplo mais puro da natureza humana, ou seja, o exemplo e a capacidade de até se imolar por uma bela causa, num protesto da dignidade humana contra o pessimismo, contra a falsa euforia e contra a iniquidade da civilização da prosperidade baseada na INJUSTIÇA. Neste sentido, sentença lapidar registraram os romanos: HÁ VALORES PELOS QUAIS VALE A PENA SACRIFICAR A VIDA!

Por tais razões, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não importa a que custo, mas precisamos falar pelos que não têm VOZ e convocar à participação os que não têm VEZ. E, hoje no Brasil, é quase a totalidade dos brasileiros que NÃO TEM VOZ E NÃO TEM VEZ, vivendo o peso opressivo da INJUSTIÇA.

Queremos trazer a esta tribuna popular, a presença do agricultor confiscado, da agricultura olhada enquanto exportadora e onde se esquece o produto. Viemos aqui, em nome dos que não têm terra ou a têm em pouca quantidade, clamando por reforma agrária verdadeira. Viemos, em nome do operário, do campo e da cidade, espoliado, que vê sua mão construir riquezas para alguns poucos, sentindo que a retribuição ao trabalho vai lhe transformando apenas num sobrevivente, pois a mesma mão que tanto produz não consegue estender alimento suficiente aos seus familiares. Aqui estamos em nome da classe média e dos liberais que aos poucos se proletarizam, sem outras perspectivas. Cá estamos - para junto com o estudantado - reagir ao amordaçamento que a exceção impôs à mocidade brasileira. Aqui nos encontramos para ombracar com os professores a dura luta contra a insensibilidade governamental, que continua entendendo que tratar com professor é a mesma coisa que construir mais um quilômetro de asfalto ou que a inauguração da sala de aula já significa solução do problema gravíssimo da educação. Aqui estamos, para nos unir às vozes dos que denunciam a depravação ambiental e a degradação do meio urbano, numa demonstração clara de que a qualidade de vida do povo deve estar acima do capitalismo selvagem que se instalou no País, patrocinado pela ideologia do lucro, que aqui tudo pode e tudo faz. Viemos comprometidos com o "bóia-fria" e outros indigentes sociais, obra e graça do "milagre econômico do Profeta Delfiânico", mentirosamente projetado para o Brasil. Aqui estamos, pelos parentes e amigos dos trezentos mil brasileiros que se encontram no Paraguai, buscando num vizinho país - de uma das piores ditaduras de

que já se teve notícia na história das civilizações - e que não encontraram na Pátria que os viu nascer. Aqui estamos, para reclamar pelo comerciante e industrial, hoje sufocados pela ditadura tributária e que os transforma em personagens de ante-sala dos processos falimentares e concordatários. Falamos pelo empresário nacional, em pânico, com a desnacionalização de nossa economia, economia esta seriamente comprometida pela desvairada "dolarização" ocorrida no Brasil, pagador de uma dívida externa ameaçadora da própria segurança nacional e que nenhum brasileiro outorgou poderes para que fosse realizada em seu nome. Aqui estamos, preocupados com a situação da Igreja, de um modo geral, colocados sob suspeição, porque esta se volta e vai de encontro aos economicamente mais fracos ou marginalizados de toda ordem, numa história retomada evangélica de pós-Vaticano II, Celam e Puebla. Viemos, em nome do cidadão que terá suas terras férteis inundadas por Itepu, e que lhe aceitam propostas indenizatórias aviltantes, sem justiça e imediatidade que o caso requer. Aqui estamos, para reclamar pelo menor subnutrido, subdesenvolvido e tratado palhativamente. Somamos aos que pedem redistribuição de renda. Pelo sindicalismo autêntico, não apenas recreativo, assistencial e peleguista. Aqui viemos, em nome da mulher, em sua caminhada à afirmação pessoal e social. Viemos pela justiça rápida e acessível. Aqui estamos, para protestar ante o policiamento mental do homem público, do homem letrado ou do simples cidadão. Pela liberdade de imprensa e da cultura. Aqui viemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gritar pelo índio, que vive o drama de ter que ler Tio Patinhas, mascar chicletes, dançar discoteque e abrir conta bancária para contribuir com a agiotagem institucionalizada. Aqui estamos, para condenar os que desgraçadamente fizeram surgir no Brasil os "porões da violência", as fazendas "31 de Março", criadores dos "órfãos de pais vivos" e "viúvas de talvez ou do quem sabe". Aqui estamos, trazendo o testemunho amável da reconciliação, mas que venha nas asas da PAZ, que se chama ANISTIA genérica e irrestrita. Em momento algum haveremos de titubear ante o desrespeito às garantias individuais e atropelos aos Direitos Humanos, subscritos pelo Brasil. Viemos também, para rejeitar com firmeza a descabida falência da Federação, diante da tentativa de transformar o Estado Federativo num Estado Unitário. Proferiremos aqui, nossa FÉ no Direito como norma, INDEPENDÊNCIA como meio e o BEM COMUM com objetivo sagrado. Aqui estamos, solidários com o princípio de que o PODER PERTENCE AO POVO, por isso urge a ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE.

Vê-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que as referências expostas, demonstram nossa desilusão ante os modelos econômico-social-e-político implantados no País, à força, onde os tecnocratas se tornaram apóstolos de progressos materiais, construtores de projetos tecnológicos faraônicos, embriagados nas enxurradas de dólares que passaram a ingressar nesta terra, asfixiando o povo brasileiro. Por consequência, patenteou-se o divórcio entre HUMANISMO e TÉCNICA, que deveriam, sim, serem aspectos complementares de uma só luta contra a fome, a miséria, a ignorância, a exploração do trabalho, marginalizações e demais desvios sociais. E está aí, o crescimento econômico sobrepujando indevidamente o PROGRESSO SOCIAL.

Em verdade, entendemos que um capítulo especial na história deste País, estará reservado aos homens da Oposição: o de condenarem desde o início, os modelos político-econômico e social que o regime dito revolucionário, instalou no Brasil. Na alvorada do Golpe Militar, o MDB já condenava na teoria. Mas não foi ouvido. Hoje a prática veio confirmar - infelizmente - que a Oposição tinha razão. Absoluta razão.

Como consequência de tudo, a nação brasileira vê-se numa encruzilhada aflitiva: de um lado, o fracasso do modelo econômico-social, com agravamento sério e perigoso do setor; e, de outro, a indefinição político-institucional. Oxalá, o governo que se avizinha, entenda o grave momento: ou o

POVO, através dos políticos, pelo Congresso Nacional, retoma os poderes constitucionais, ou os militares continuarão a exercê-los. Urge o fim da excepcionalidade e de arbítrio. O Brasil necessita substituir o processo revolucionário pelo processo democrático. Não há convivência, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entre um e outro. Um acaba com outro. Por conseguinte, extraordinário papel está reservado aos políticos e aos brasileiros, de um modo geral, neste período decisivo da vida da querida Pátria. Queira Deus, estejamos preparados para o crucial estágio de nossa história, e, o futuro Governo deixe de permanecer de costas para o povo, como plenipotenciário, tutor e denominador. Ontem, tínhamos a guilhotina do AI-5, hoje, as salvaguardas, e quando se salvará a DEMOCRACIA?

Nossa tarefa não será fácil, mas nos avista grata e altamente entusiasmante.

Contamos com os companheiros. Saberemos buscar neles os nossos antecessores, o traçar da melhor caminhada. E, neste primeiro pronunciamento, termino homenageando os companheiros e antecessores, que com bravura, dignidade e honradez, engrandeceram o parlamento, e, por via de consequência, evidenciaram amor à causa da Democracia. Não nos sentiríamos bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em começar nossa vida parlamentar, olvidando aqueles que já desapareceram deste convívio e aqueles outros, ainda vivos, não mais estão nos parlamentos, uns por cassações, outros exilados em terras estranhas, alguns seqüestrados em suas idéias e ações cívicas, outros violados em seus direitos políticos e de cidadãos. Brasileiros, mas verdadeiros apátridas. Homens inteligentes e cultos, que tombaram na jornada... Homens cultos e inteligentes, que tombaram galhardamente. Mas, é evidente, como as ditaduras não suportam homens inteligentes e cultos, foram expurgados, triste e vergonhosamente, do cenário nacional.

ALENCAR FURTADO, LEO DE ALMEIDA NEVES, JACINTO SIMÕES, WALTER PECOIS, AMAURI SILVA, SINVAL MARTINS, LEÃO NAVES BARCELOS, WALDEMAR DAROS, RENATO CELIDÔNIO e tantos outros, ficando só entre os paranaenses que estiveram no passado, onde hoje encontramos e foram vítimas da covardia da recente história do arbítrio, prepotência e intolerância instalados no Brasil. Em homens com tal dedicação à causa do povo e da Pátria, é que buscaremos o vigor físico e a força espiritual para cada batalha a ser enfrentada.

Como a "democracia deve existir e não apenas para ser cantada, mas para ser vivida efetivamente", esperamos que o futuro Governo assuma o que todos os anteriores prometeram e ele já repetiu a promessa: FAÇA O QUE O POVO QUER, aceite a DEMOCRACIA. Concretize o futuro Presidente a DEMOCRACIA, proceda a ANISTIA e permita a CONSTITUINTE, tornar-se-á símbolo para as futuras gerações e a HISTÓRIA LHE FARÁ JUSTIÇA.

Mas, mesmo que mais uma vez tudo fique na PROMESSA, restará uma esperança, pois como disse Ulysses Guimarães, em documento elaborado para o Brasil,

"Tenho fé no gênio do povo brasileiro, capaz pelo talento e sem tragédia, vencer adversidades e abrir caminho para seu destino. Foram as botas dos bandeirantes e não o sangue, que criaram a geografia monumental do Brasil. A independência nasceu de uma proclamação e não da espada; flores engalanaram a emancipação dos escravos, a República foi fruto da evolução incruenta e a legislação do trabalho, é conquista do Estado e não das ruas ou motins. Inspirada pela História, a reforma com DEMOCRACIA é o caminho da PAZ e da SALVAÇÃO".

Obrigado, Sr. Presidente.

(Palmas da bancada do MDB).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta a Liderança da Aliança Renovadora Nacional, se deseja fazer uso de seu horário. — (Declina).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 142/78, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que declara de utilidade pública a "CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA SERVAS FRANCISCANAS DO BOM PASTOR", com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 142/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA SERVAS FRANCISCANAS DO BOM PASTOR", com sede nesta Capital.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1978.

(a) TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

A entidade que objetivamos seja declarada de utilidade pública, preenche as exigências da Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, pois presta serviços à coletividade, não visa lucro e nem distribui vantagens aos seus Diretores. A documentação anexa comprova essa assertiva.

Daí o presente plano de lei que oferecemos à elevada consideração dos nobres Senhores Deputados.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 142/78

De autoria do nobre Deputado Trajano Bastos, o presente Projeto de Lei nº 142/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA SERVAS FRANCISCANAS DO BOM PASTOR", com sede nesta Capital.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Nelson Buffara, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 111/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que sejam tomadas providências, visando a criação e instalação de cursos de nível superior, atendendo a todas as áreas de educação, assistência social, indústria e agricultura, no Município de Laranjeiras do Sul. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, no sentido de que exclua as Cooperativas Agropecuárias das exigências das Portarias nºs 62 e 69, que tratam das cotas de "Fuel Oil" e Diesel. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que gestione junto à Fundação Hospitalar do Paraná, solução para o problema que aflige os internos daquela Casa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que não seja alterada a execução do projeto da estrada Palmeira - Ponta Grossa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de ser designado um Delegado de Polícia de carreira, para o Município de Corbélia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido de que determine ao Departamento de Transportes Coletivos, providências para atendimento dos moradores da Vila Cachoeirinha. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário das Finanças, em forma de apelo, no sentido de ser cancelada a isenção do ICM na comercialização do milho da atual safra paranaense vendido aos Estados limítrofes. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo providências junto à Secretaria da Educação e Cultura, objetivando solução para o problema de registro de diplomas expedidos por estabelecimentos de ensino supletivo profissionalizante do 2º grau. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de louvor pelo excelente desempenho do Doutor Carlos Arthur Xavier Bettas, titular da Delegacia de Ordem Social. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a imediata substituição do atual titular da Pasta da Educação e Cultura e a nomeação "pro-tempore" do Diretor da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana. Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão. — Rejeitado o requerimento.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Pela ordem, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram se levantar. (Pausa) Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram se levantar. (Pausa). 23 Srs. Deputados aprovam; 23 Srs. Deputados rejeitam.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a V. Ex.ª que computasse o voto do Sr. Deputado Paulo Camargo.

O SR. JURANDIR MESSIAS (Pela ordem) Requeiro a V. Ex.ª que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá a chamada nominal, o que não vai interferir na votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente,

embora com o respeito que me mereça a decisão da Mesa, acho que houve engano na contagem. Porque não foram computados os votos dos Srs. Deputados Paulo Camargo e Quielse Crisóstomo.

Nestas condições, faço um apelo ao nobre Deputado Jurandir Messias, que retire o seu requerimento e que V. Ex.^a, para dirimir dúvidas, proceda nova votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa fará nova verificação de votação para dirimir dúvidas.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao requerimento queiram levantar-se.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) Sr. Presidente, com base no Artigo 97, do Regimento Interno, a matéria é vencida, Sr. Presidente, e V. Ex.^a já proclamou o resultado.

Cabe a V. Ex.^a...

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa esclarece ao nobre Deputado que estava em fase de votação. E a Presidência não havia anunciado o resultado da votação.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis queiram permanecer como estão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) Sr. Presidente, eu pedi uma Questão de Ordem e V. Ex.^a não a atendeu.

Eu apelo para o senso democrático de V. Ex.^a: V. Ex.^a havia proclamado o resultado que é final, completo e acabado.

Apelo para a sabedoria e inteligência de V. Ex.^a, com base e fulcro no Regimento Interno, que decline o resultado, porque esta matéria requerida "a posteriori" é matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Presidência ainda não havia decidido sobre o resultado da votação.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis, queiram levantar-se. (Pausa) Os Srs. Deputados que forem contrários, queiram levantar-se. (Pausa).

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — (Pela ordem) Sr. Presidente, o resultado já foi proclamado, V. Ex.^a é que tem que desempatar, com o "voto de Minerva".

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) 23 Srs. Deputados aprovam o requerimento, 24 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 9, sexta-feira, com a Ordem do Dia já marcada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

Decretos:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 122/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 535, de 17 de janeiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LUIZ RUPPEL BITTENCOURT, matrícula nº 050, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de fevereiro de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BAZÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 123/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGIS-

LATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 113, de 04 de janeiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, nos termos do parágrafo único, do Art. 247, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de LAURO ALCÂNTARA MARTINS, matrícula nº 126, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, três (03) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante do terceiro quinquênio, compreendido entre 1.º de julho de 1971 a 1.º de julho de 1975, antecipado em razão da incorporação referente ao seu primeiro decênio. Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de fevereiro de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 124/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1081, de 03 de fevereiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

revogar, a pedido, o Decreto Legislativo nº 597/77, de 06 de setembro de 1977, que atribuiu, função Gratificada 5-F, de Motorista do Gabinete da 1ª Secretaria, ao funcionário GABRIEL BROTTTO, matrícula nº 335, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de fevereiro de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 125/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 327, de 09 de janeiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ANTÔNIO JOÃO GREBER, matrícula nº 291, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da já citada Lei nº 6174, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro decênio, compreendido entre 23 de novembro de 1962 a 23 de janeiro de 1972, antecipado em razão das férias dos anos de 1963, 1964, 1965, 1966 e 1971, contadas em dobro;

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do já mencionado Art. 248, da Lei nº 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 23 de janeiro de 1972 e 23 de julho de 1975, antecipado em razão da contagem em dobro, das férias relativas aos anos de 1972,

1973 e 1974, e da incorporação correspondente ao primeiro decênio; e,

IV — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, nos termos do Art. 170 da Lei nº 6174, já mencionada, a partir de 23 de julho de 1975, data em que, em razão da incorporação de um (01) ano referente ao primeiro decênio e das férias dos anos de 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro, completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de fevereiro de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente
BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário
DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 126/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 513, de 17 de janeiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MARIA DOLORES TÚLIO BARVIK, matrícula nº 218, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1977 e 1978, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de fevereiro de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente
BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário
DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 127/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 724, de 23 de janeiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de CLÉA CARNEIRO TEIXEIRA, matrícula nº 261, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1978, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de fevereiro de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente
BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário
DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 128/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 629, de 22 de janeiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de IZABEL FREITAS, matrícula nº 534, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de fevereiro de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente
BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário
DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 129/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1071, de 05 de fevereiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar a pedido, o Decreto Legislativo nº 585/77, de 31 de agosto de 1977, que atribuiu a função gratificada 5-F, de Motorista do Gabinete da Liderança do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), ao funcionário ERNESTO PERACETA, matrícula nº 548, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

II — atribuir ao funcionário já mencionado, a Função Gratificada 5-F, de Motorista de Gabinete da 4.ª Secretaria.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de fevereiro de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente
BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário
DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 130/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 320, de 09 de janeiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de DIVA DO VALLE CAVALCANTI, matrícula nº 240, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias referentes aos anos de 1977 e 1978, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975;

II — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da citada Lei nº 6174, a partir de 07 de setembro de 1978, data em que completou trinta e quatro (34) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de fevereiro de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente
BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário
DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário